



Anexos I e II: Temas – Instituições

Ana Sofia Rizzone e Alexandra Fonseca



Objectivo

- Identificar as instituições **formalmente** designadas para produzir a informação Geográfica considerada nos temas dos Anexos



Metodologia de trabalho

Definição dos Temas

Conceito da Directiva

Conceito do Feature Concept Dictionary (FCD)

Identificação de Tópicos/IG

Ministérios e Instituições

Fichas de Instituições

Fichas de Temas



- Conceito da Directiva
- Conceito do *Feature Concept Dictionary* (FCD)

Identificação de Ministérios e Instituições

Designação	Ministro da Presidência
Sigla	MAI
Site	http://www.mpf.gov.br/cpf/inf/default.htm
Legislação	Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional: Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril Artigo 3.º Secretários de Estado e subsecretário de Estado
OUT	
IN	Instituto Nacional de Estatística [INE]
Comentários	

Designação	Ministério da Administração Interna
Sigla	MAI
Sítio	www.mai.gov.pt
Legislação	Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro
OUT	<p>Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária</p> <p>Direção-Geral de Infra-estruturas e Equipamentos</p> <p>Guarda Nacional Republicana</p> <p>Polícia de Segurança Pública</p>
IN	<p>Autoridade Nacional de Protecção Civil</p> <p>Direcção-Geral de Administração Interna</p>
Comentários	Aparentemente, não existe nenhuma entidade da Administração central com

Estradas de Portugal, E. P. E.	
Designação	Estrada de Portugal, E. P. E.
Acronímo	EP
Sítio	http://www.estradasportugal.pt
Ministério	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Contacto	Adriano Almeida adriano.almeida@estradaspt.pt 212 373 212 / 920 430 728
Legislação	Decreto-Lei n.º 32/2007, de 7 de Novembro - Transforma a E. P. - Estradas de Portugal, S. A. em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, passando a designar-se por EP - Estradas de Portugal, S. A.
Síntese	Decreto-Lei n.º 32/2007, de 7 de Novembro Artigo 4.º Objecto 1 - A EP — Estradas de Portugal, S.A., tem por objecto a concepção, projecto, construção, financiamento, conservação, exploração, manutenção e alargamento da rede rodoviária nacional, nos termos do contrato de concessão que com ela é celebrado pelo Estado Artigo 8.º Domínio público e privado 8 - As áreas e estruturas rodoviárias nacionais que integram o domínio público rodoviário do Estado e que estejam em regime de afectação ao âmbito público ficam sob regime sob administração da EP — Estradas de Portugal, S. A. 9 - Sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades, a EP — Estradas de Portugal, S. A., mantém actualizados os registos referentes ao cadastro dos bens e direitos dos domínios públicos e privados do Estado que lhe sejam afectos.
Anexo I	17. Transportes rodoviários
Anexo II	Nenhuma terra identificada
Anexo III	Nenhuma terra identificada

Fichas de Temas

Identificação dos temas pelas instituições



Definição dos Temas e Tópicos

I.7 TRANSPORT NETWORKS (REDES DE TRANSPORTE)

Directiva	<p>Road, rail, air and water transport networks and related infrastructure. Includes links between different networks. Also includes the trans-European transport network as defined in Decision No 1692/96/EC of the European Parliament and of the Council of 23 July 1996 on Community Guidelines for the development of the trans-European transport network (1) and future revisions of that Decision.</p> <p>(1) OJ L 228, 9.9.1996, p. 1. Decision as last amended by Council Regulation (EC) No 1791/2006 (OJ L 363, 20.12.2006, p. 1).</p> <p>Redes de transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e por via navegável, e respectivas infra-estruturas. Inclui as ligações entre as diferentes redes. Inclui também a rede transeuropeia de transportes definida na Decisão n.º 1692/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Julho de 1996, sobre as orientações comunitárias para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes (1), e as futuras revisões dessa decisão.</p> <p>(1) OJ L 228, 9.9.1996, p. 1. Decision as last amended by Council Regulation (EC) No 1791/2006 (OJ L 363, 20.12.2006, p. 1).</p>
FCD	<p>https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/162</p> <p>The transport component should comprise an integrated transport network, and related features, that are seamless within each national border. In accordance with article 10.2 of the Directive, national transport networks may also be seamless at European level, i.e. connected at national borders. Transportation data includes topographic features related to transport by road, rail, water, and air. It is important that the features form networks where appropriate, and that links between different networks are established, i.e. multi-modal nodes, especially at the local level, in order to satisfy the requirements for intelligent transport systems such as location based services (LBS) and telematics. The transport network should also support the referencing of transport flow to enable our navigation services.</p>
Tópicos/IG	<p>Redes de transporte por rodovia, ferrovia, água e ar</p> <p>Inclui as estruturas que ligam as redes de transportes como é o caso dos nós multimodais...</p>

Ministérios e Instituições

Ministro da Presidência

Designação	Ministro da Presidência
Sigla	MAI
Site	http://www.mp.gov.pt/mp/pt/default.htm
Legislação	Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional: Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, Artigo 3.º Secretários de Estado e subsecretário de Estado
OUT	
IN	Instituto Nacional de Estatística [INE]
Comentários	

Ministério da Administração Interna

Designação	Ministério da Administração Interna
Sigla	MAI
Site	www.mai.gov.pt
Legislação	Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro
OUT	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária Direcção-Geral de Infra-estruturas e Equipamentos Guarda Nacional Republicana Polícia de Segurança Pública
IN	Autoridade Nacional de Protecção Civil Direcção-Geral de Administração Interna

Fichas de Instituições

Estradas de Portugal, E. P. E.

Designação	Estradas de Portugal, E. P. E.
Acrónimo	EP
Site	http://www.estradasdeportugal.pt
Ministério	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Contacto	André Melrinho andre.melrinho@estradasdeportugal.pt 212 879 312 / 939 438 739
Legislação	Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de Novembro - Transforma a E. P. - Estradas de Portugal, E. P. E., em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, passando a designar-se por EP - Estradas de Portugal, S. A.
Síntese	Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de Novembro Artigo 4.º Objecto 1 — A EP — Estradas de Portugal, S. A., tem por objecto a concepção, projecto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional, nos termos do contrato de concessão que com ela é celebrado pelo Estado Artigo 8.º Domínios público e privado 1 — As infra -estruturas rodoviárias nacionais que integram o domínio público rodoviário do Estado e que estejam em regime de afectação ao trânsito público ficam nesse regime sob administração da EP — Estradas de Portugal, S. A. 2 — Sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades, a EP — Estradas de Portugal, S. A., mantém actualizados os registos referentes ao cadastro dos bens e direitos dos domínios público e privado do Estado que lhe sejam afectos.
Anexo I	I.7. Transport networks
Anexo II	Nenhum tema identificado.
Anexo III	Nenhum tema identificado.
Comentários	

Temas do Anexo I

1. Sistemas de referência
2. Sistemas de quadrículas geográficas
3. Toponímia
4. Unidades administrativas
5. Endereços
6. Parcelas cadastrais
7. Redes de transporte
8. Hidrografia
9. Sítios protegidos

Anexo I

1. Sistemas de referência

Directiva	Sistemas para referenciar de forma única a informação geográfica no espaço sob a forma de um conjunto de coordenadas (x, y, z) e/ou latitude e longitude e altitude, com base num datum geodésico horizontal e vertical.
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/1
Tópicos/IG	<p>Coordenadas de um sistema de referência</p> <p>Operações de transformação de coordenadas</p> <p>Marcos geodésicos</p> <p>Estações permanentes de observação de satélites</p> <p>Marcas de nivelamento</p> <p>Aferição das marés</p>
Instituições	<p>IGP ← <u>Decreto-Lei n.º 133/2007, de 27 de Abril</u> que estabelece a orgânica do IGP e <u>Portaria n.º 527/2007, de 30 de Abril</u> que determina a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas</p> <p>IH* ← <u>Decreto-Lei n.º 134/91 de 4 de Abril</u> que estabelece a Lei orgânica do Instituto Hidrográfico</p>
Observações	* O IH não se considera produtor deste tema

Anexo I

2. Sistemas de quadrículas geográficas

Directiva	Quadrícula harmonizada multi-resolução com um ponto de origem comum e localização e dimensão normalizadas das células.
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/2
Tópicos/IG	<p>Quadrículas geográficas: rede de quadrículas definidas e harmonizadas com vista ao estabelecimento de uma quadrícula de referência europeia com uma localização comum e dimensão das células normalizada:</p> <p>Existe já uma proposta de Quadrícula de referência europeia baseada no ETRS89</p> <p>http://www.ec-gis.org/sdi/publist/pdfs/annoni2005eurgrids.pdf</p> <p>Podem ser usadas outras quadrículas, as quais devem ser sujeitas a processo de harmonização e conversão</p>
Instituições	IGeoE* ← Decreto Regulamentar nº 74/2007, de 2 de Julho que estabelece as atribuições, organização e competências do Comando do Pessoal, do Comando da Logística, do Comando da Instrução e Doutrina e do Comando Operacional do Exército
Observações	* O IGeoE não definiu este tema como sendo da sua responsabilidade

Anexo I

3. Toponímia

Directiva	Denominações das zonas, regiões, localidades, cidades, subúrbios, pequenas cidades ou povoações, ou de qualquer entidade geográfica ou topográfica de interesse público ou histórico.
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/159
Tópicos/IG	<p>Nome geográfico de uma entidade natural, antrópica ou cultural</p> <p>Endónimo (nome da entidade geográfica no local onde se situa)</p> <p>Exónimo (nome da entidade geográfica fora do local onde ela se situa)</p> <p>Nome de objectos espaciais modeláveis</p>
Instituições	<p>IGP, IGeoE e IH* ← <u>Decreto-Lei n.º 193/95</u>, de 28 de Julho que estabelece os princípios e as normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional e <u>Despacho n.º 23915 (2ª série)</u> que aprova as listagens da cartografia oficial produzida pelo IGP, IGeoE e IH.</p> <p>Câmaras Municipais, com aprovação das Assembleias Municipais ← Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro - Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias</p>
Observações	<p>* O IGeoE e IH não se consideram produtores deste tema</p> <p>Nos casos em que existe um diploma oficial de criação/modificação de determinada freguesia, a designação constante no mesmo é considerada oficial.</p>

Anexo I

4.Unidades Administrativas

Directiva	Unidades administrativas, zonas de divisão sobre as quais os Estados-Membros possuam e/ou exerçam direitos jurisdicionais, para efeitos de governação local, regional e nacional, separadas por fronteiras administrativas.
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/156
Tópicos/IG	<p>Unidades administrativas separadas por limites administrativos – áreas onde os E.M. exercem direitos jurisdicionais para efeitos de governação local, regional ou nacional; excepto o cadastro e águas territoriais que são cobertos por outros temas INSPIRE</p> <p>Unidade estatística nacional ao nível local (LAU) (componentes básicas das regiões NUT)</p> <p>NUTs do Eurostat http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/nuts/basicnuts_regions_en.html</p> <p>Não inclui: census distritais, regiões postais e outras regiões sectoriais</p>
Instituições	<p>IGP</p> <p>← Decreto Lei 172/95 de 18 de Julho, publicado no Diário da República n.º 164 de 18/07/1995 – As competências do IGP, no que concerne à delimitação administrativa, são as atribuídas ao ex-IPCC e que se encontram expressas, nomeadamente nos art.º 13º (Delimitação de freguesias) e 14º (Aprovação da delimitação).</p> <p>← Resolução do Conselho de Ministros nº 128/99, de 26 de Outubro, publicada no Diário da República n.º 250 – Obrigatoriedade do IGP fornecer anualmente à DGAL as áreas das freguesias e dos municípios, e altitudes máxima e mínima por município.</p> <p>Outra legislação....</p>
Observações	<p>As NUTs do Eurostat são descritas no Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro. Desde a versão CAOPV6.0, publicada em 2007 que as NUTS são consideradas na estrutura da CAOP.</p> <p>A LAU de nível 1 corresponde aos Municípios constantes na CAOP e a LAU de nível 2 corresponde às Freguesias constantes na CAOP. Esta nomenclatura não consta da CAOP.</p>

Anexo I

5. Endereços

Directiva	Localização de propriedades com base em identificadores de endereço, em regra, o nome da rua, o número da porta e o código postal.
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/160
Tópicos/IG	<p>O Endereço é composto de uma hierarquia de nomes geográficos que têm cada vez maior detalhe, ex: localidade, nome de rua, nº porta ou nome da casa, código postal</p> <p>Aplica-se a parcelas de terreno e edifícios</p> <p>Pode também aplicar-se a outras entidades como: estações de bombeamento de água, construções agrícolas, campos desportivos, bases, pontos de amarração.</p>
Instituições	Câmaras Municipais, com aprovação das Assembleias Municipais ← <u>Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro</u> - Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias
Observações	O IGESPAR é detentor de informação enquadrada neste Tema

Anexo I

6. Prédios

Directiva	Áreas definidas por registos cadastrais ou equivalentes.
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/161
Tópicos/IG	<p>Parcelas cadastrais que no conjunto formam o território nacional.</p> <p>Só são consideradas as parcelas cadastrais disponíveis em formato vectorial</p> <p>Direitos e proprietários estão fora do âmbito do INSPIRE; Edifícios, uso do solo e endereços são considerados noutros temas INSPIRE</p>
Instituições	<p>IGP</p> <p>← <u>Decreto-Lei n.º 133/2007, de 27 de Abril</u> – Lei orgânica do IGP e <u>Portaria n.º 527/2007, de 30 de Abril</u> – determina a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.</p> <p>← <u>Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio</u> - Cria o Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SiNErGIC)</p>
Observações	

Anexo I

7. Redes de transporte

Directiva	<p>Redes de transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e por via navegável, e respectivas infra-estruturas. Inclui as ligações entre as diferentes redes. Inclui também a rede transeuropeia de transportes definida na Decisão n.º 1692/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Julho de 1996, sobre as orientações comunitárias para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes (1), e as futuras revisões dessa decisão.</p> <p>(1) OJ L 228, 9.9.1996, p. 1. Decision as last amended by Council Regulation (EC) No 1791/2006 (OJ L 363, 20.12.2006, p. 1).</p>
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/162
Tópicos/IG	<p>Redes de transporte por rodovia, ferrovia, água e ar</p> <p>Inclui as estruturas que ligam as redes de transportes como é o caso dos nós multimodais...</p>
Instituições	<p>IGP, IGeoE e IH* ← <u>Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de Julho</u> que estabelece os princípios e as normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional e <u>Despacho n.º 23915 (2ª série)</u> que aprova as listagens da cartografia oficial produzida pelo IGP, IGeoE e IH</p> <p>Estradas de Portugal, EPE ← <u>Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de Novembro</u> - Transforma a E. P. - Estradas de Portugal, E. P. E., em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, passando a designar-se por EP - Estradas de Portugal, S. A.</p> <p>Outras Instituições do MOPTC que ainda não foram analisadas...</p>
Observações	* O IGP, IGeoE e IH não se consideram produtores deste tema

Anexo I

8. Hidrografia

Directiva	Elementos hidrográficos, incluindo zonas marinhas e todas as outras massas de água e elementos com eles relacionados, incluindo bacias e sub-bacias hidrográficas. Quando adequado, de acordo com as definições da Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água (2), e sob a forma de redes.
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/163
Tópicos/IG	<p>Todos os elementos hidrográficos (naturais e artificiais)</p> <p>Rio e rede de canais, corpos de água das bacias hidrográficas categorizados como rios, lagos, águas de transição ou águas costeiras ou corpos de água artificiais ou superfícies de corpos de água muito modificadas...</p> <p>Em termos geográficos, o tema Hidrografia refere-se às águas interiores e áreas marinhas abrangidas por bacias de água conforme definido na Water Framework Directive http://ec.europa.eu/environment/water/water-framework/index_en.html</p>
Instituições	<p>IGP, IGeoE e IH* ← <u>Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de Julho</u> que estabelece os princípios e as normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional e <u>Despacho n.º 239 15 (2ª série)</u> que aprova as listagens da cartografia oficial produzida pelo IGP, IGeoE e IH</p> <p>INAG ← <u>Decreto-Lei n.º 135/2007, de 27 de Abril</u> – Lei orgânica do INAG e <u>Portaria n.º 529/2007, de 30 de Abril</u> - Aprova os Estatutos do Instituto da Água, I. P.</p>
Observações	* O IGP, IGeoE e IH não se consideram produtores deste tema

Anexo I

9. Sítios protegidos

Directiva	Zonas designadas ou geridas no âmbito de legislação internacional, comunitária ou dos Estados-Membros para a prossecução de objectivos específicos de conservação.
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/158
Tópicos/IG	<p>Zonas designadas ou geridas no âmbito de legislação ...</p> <p>Podem ser ambientes terrestres, aquáticos e/ou marinhos, de propriedade publica ou privada</p> <p>Sítios dedicados à protecção da natureza, protecção e manutenção da diversidade biológica e recursos naturais e culturais associados</p> <p>Inclui edifícios, sítios arqueológicos ou outros objectos culturais desde que sujeitos a protecção formal</p> <p>Inclui valores geológicos, hidrogeológicos e geomorfológicos</p>
Instituições	<p>ICNB ← <u>Decreto-Lei nº 136/2007, de 27 de Abril</u> – Aprova a orgânica do ICNB e Portaria nº 530 / 2007, de 30 de Abril - Aprova os estatutos do ICNB</p> <p>INAG ← <u>Decreto-Lei nº 135/2007, de 27 de Abril</u> – Lei orgânica do INAG</p> <p>IHRU ← <u>Decreto-Lei nº 223/2007, de 30 de Maio</u> – Lei orgânica do IHRU e <u>Portaria nº 662-M/2007, de 31 de Maio</u> – Estatutos do IHRU</p> <p>IGESPAR ← <u>Decreto-Lei 96/2007</u> – Criação do IGESPAR e <u>Portaria 376/2007</u> – Estatutos/Organização do IGESPAR</p> <p>AFN ← Decreto-Lei nº 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938 – classificação de árvores ou grupos de árvores de interesse público e Decreto-Lei nº 159/2008, de 8 de Agosto- lei orgânica da AFN</p>
Observações	O IHRU não tem Ponto de Contacto INSPIRE



Temas do Anexo II

1. Altitude
2. Ocupação do solo
3. Ortoimagens
4. Geologia

Anexo II

1. Altitude

Directiva	Modelos digitais de terreno aplicáveis às superfícies terrestre, gelada e oceânica. Inclui a elevação terrestre, a batimetria e a linha costeira
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/10
Tópicos/IG	Modelos de elevação digital aplicados às superfícies terrestre, gelada ou oceânica Inclui a elevação do terreno, batimetria e linha de costa Elevação do terreno pode ser representada de dois modos: <ul style="list-style-type: none"> – Através do Modelo digital do terreno, representando a topografia da superfície terrestre – Através do Modelo digital de elevação, representado a forma de cada elemento presente na superfície terrestre (edifícios, pontes, árvores, etc)
Instituições	IGP, IGeoE e IH ← Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de Julho que estabelece os princípios e as normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional e Despacho n.º 239/15 (2ª série) que aprova as listagens da cartografia oficial produzida pelo IGP, IGeoE e IH
Observações	O IGeoE não se considerou produtor deste Tema

Anexo II

2. Ocupação do solo

Directiva	Cobertura física e biológica da superfície terrestre, incluindo superfícies artificiais, zonas agrícolas, florestas, zonas naturais ou semi-naturais, zonas húmidas, massas de água.
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/10
Tópicos/IG	Ocupação do solo - Descrição física ou biológica da superfície terrestre. Diferente do uso do solo (tema III.4)
Instituições	IGP AFN ← Portaria n.º 958/2008, de 26 de Agosto. DR. n.º 164, Série I - Determina estrutura das direcções regionais e da estrutura nuclear dos serviços centrais da Autoridade Florestal Nacional IFAP
Observações	

Anexo II

3. Ortoimagens

Directiva	Imagens georeferenciadas da superfície terrestre recolhidas por satélite ou sensores aéreos.
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/12
Tópicos/IG	ortoimagem é uma imagem raster que foi corrigida geometricamente (ortorectificada) para retirar a distorção causada pelas ópticas da máquina fotográfica, inclinação da máquina e diferenças na elevação.
Instituições	<p>IFAP</p> <p>IGeoE* ← Decreto Regulamentar nº 74/2007, de 2 de Julho- Estabelece as atribuições, organização e competências do Comando do Pessoal, do Comando da Logística, do Comando da Instrução e Doutrina e do Comando Operacional do Exército</p> <p>IGP ← Decreto-Lei nº 133/2007, de 27 de Abril – Lei orgânica do IGP e Portaria n.º 527/2007, de 30 de Abril – determina a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.</p>
Observações	* O IGeoE não se considerou produtor deste Tema

Anexo II

4. Geologia

Directiva	Geologia caracterizada de acordo com a composição e a estrutura. Inclui a base rochosa, os aquíferos e a geomorfologia.
FCD	https://inspire-registry.jrc.ec.europa.eu/registers/FCD/items/13
Tópicos/IG	A informação geológica fornece conhecimentos sobre a composição física e química e a génese do subsolo, em particular das propriedades das rochas e sedimentos e respectiva estrutura Inclui a base rochosa, os aquíferos e a geomorfologia
Instituições	DGEG ← <u>Decreto-Lei n.º 139/2007, de 27 de Abril</u> – Orgânica da DGEG IH ← <u>Decreto-Lei n.º 134/91, de 4 de Abril</u> – Lei orgânica do Instituto Hidrográfico LNEG ← <u>Decreto-Lei n.º 208/2006, de 27 de Outubro</u> – orgânica do Ministério da Economia e Inovação e <u>Decreto-Lei n.º 354/2007, de 29 de Outubro</u> - orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP
Observações	

Que Instituições?

Anexo I

versão provisória (v.2)

1. Sistemas de referência	IGP←lei orgânica IH←lei orgânica (não se considera prod.)
2. Sistemas de quadriculas geográficas	IGeoE (não se considera)
3. Toponímia	IGeoE, IGP e IH←D.L. Produção cartográfica nacional (IGeoE e IH não se consideram prod.) CM←Lei das autarquias locais
4. Unidades administrativas	IGP O IGeoE considera-se prod.
5. Endereços	CM←Lei das autarquias locais
6. Parcelas cadastrais	IGP←lei orgânica e D.L. Sinergic



Que Instituições?

Anexo I

versão provisória (v.2)

7. Redes de transporte	<p>IGeoE, IGP e IH←D.L. Produção cartográfica nacional (não se consideram prod.)</p> <p>EP←diploma de criação da sociedade anónima</p> <p>Outras instituições do MOPTC...</p>
8. Hidrografia	<p>IGeoE, IGP e IH←D.L. Produção cartográfica nacional (não se consideram prod.)</p> <p>INAG←lei orgânica</p>
9. Sítios protegidos	<p>ICNB←lei orgânica</p> <p>INAG←lei orgânica</p> <p>IHRU ←lei orgânica e Estatutos (sem Ponto contacto)</p> <p>IGESPAR←diploma de criação entidade e Estatutos (não se consideram prod.)</p> <p>AFN←lei orgânica e diploma das árvores de interesse público (não se consideram prod.)</p>

Que Instituições?

Anexo I

versão provisória (v.2)

1. Altitude	IGeoE, IGP e IH ← D.L. Produção cartográfica nacional (IGeoE não se consideram prod.)
2. Ocupação do solo	IGP AFN ← Estatutos IFAP
3. Ortoimagens	IFAP IGeoE ← Lei orgânica (não se consideram prod.) IGP ← Lei orgânica
4. Geologia	DGEG ← Lei orgânica IH ← Lei orgânica LNEG ← Lei orgânica



Que Conjuntos de Dados Geográficos ?

- As instituições deverão identificar os Conjuntos de Dados Geográficos da sua responsabilidade a incluir em cada tema dos Anexos.